



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/09/2020 a 30/09/2020

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/9

20.2020.B	Sessão Outro Evento	01/09/2020-11:36
Publ.: DCD - 9/2/2020 -	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Presença no plenário do Suplente de Deputado Federal, Nilson Francisco Stainsack, do Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina. Importância, para a retomada do crescimento econômico brasileiro, da realização das reformas tributária e administrativa e da implementação dos processos de privatizações e concessões.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Luis Miranda, é um prazer vê-lo presidindo esta sessão.

Encontra-se presente o Deputado Nilson, de Presidente Getúlio, na região do Alto Vale, que é meu suplente. Estamos conversando sobre a possibilidade de o licenciamento de que estamos tratando acontecer no dia de amanhã.

Além de saudar o Nilson, de Santa Catarina, Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer. V.Exa. tem falado sobre as grandes reformas que o Brasil tem que fazer para que possamos retomar o nosso crescimento econômico, como a reforma tributária, como a reforma administrativa, que não veio ainda para esta Casa, e os processos de privatização e, sobretudo, de concessão.

O Brasil, com muita união, com muita força e com fé em Deus, Presidente Luis Miranda, com certeza absoluta vai vencer a pandemia e vai retomar o seu crescimento econômico, para o bem de todos, mas, principalmente, para o bem das pessoas mais carentes do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/9

109.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/09/2020-
CD 21:00



Sumário

Posicionamento unânime do PSDB pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.407, de 2013, acerca das medidas de fomento à indústria de gás natural; e da alteração da Lei nº 11.909, de 2009. Contribuição do partido com o processo de criação do Plano Real e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Comprometimento da agremiação partidária com a reforma e reestruturação do Estado brasileiro. Apoio do PSDB à manutenção do Veto Parcial nº 17, de 2020, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 39, de 2020, sobre o estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus; e a alteração da Lei Complementar nº 101, de 2000. União do partido na realização das reformas trabalhista e previdenciária e na criação do novo marco regulatório do saneamento básico. Coerência e vocação reformista como marcas do PSDB. Defesa de manutenção do texto original do Projeto de Lei nº 6.407, de 2013, acerca das medidas de fomento à indústria de gás natural; e da alteração da Lei nº 11.909, de 2009.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, todos os que nos acompanham nesta sessão remota, mas interativa e extremamente importante para o futuro do Brasil, com uma presença muito significativa, com um quórum altíssimo e com uma votação histórica, o PSDB unido vota a favor do projeto da nova lei do gás. E isso nos possibilita fazer uma reflexão, Presidente e colegas Parlamentares, sobre a nossa história e sobre um valor essencial para o PSDB: a coerência.

O PSDB é um partido com uma história de busca de reformismo, sim, de busca de reforma e de reestruturação do Estado brasileiro. Deu contribuições decisivas para isso na história do Brasil, não só com o Plano Real, mas também, por exemplo, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e mantém a coerência. É um grande partido nacional e é, naturalmente, um partido que sofre ataques, ora de um extremo, ora de outro extremo. Mas isso a cada dia consolida a minha convicção de que nós do PSDB temos contribuído com o Brasil e temos muito mais a contribuir.

Veja, Presidente, vejam, colegas Parlamentares, o comportamento do PSDB e a coerência em momentos como este. Eu falava na Lei de Responsabilidade Fiscal, e isso me fez relembrar que, na semana passada, o PSDB na Câmara, de maneira unida, votou para manter o Veto nº 17 a dispositivo que poderia sangrar os cofres públicos, num momento delicado, em mais de 100 bilhões de reais. O PSDB não é da



base do Governo, mas tem compromisso com o Brasil. O PSDB não faz esse jogo de apostar no "quanto pior, melhor". E isso nos diferencia profundamente daqueles que acham que fazer oposição ao Governo inclui oposição ao Brasil.

Eu faço essa referência para poder refletir sobre este momento que nós estamos vivendo, votando uma nova lei do gás que possibilitará ao País, sem dúvida, avançar numa área em que nós estamos parados, eu diria até retrocedendo, atrasados há décadas. E o PSDB luta por este projeto desde o início do projeto. Aliás este projeto foi apresentado por um Deputado do PSDB, o ex-Deputado Mendes Thame, que era dos quadros do PSDB e exerceu vários mandatos. Quando ele protocolou o projeto, em 2013, exercia o mandato pelo PSDB.

Eu tive a felicidade de ser colega do Deputado Mendes Thame e de, a convite dele, subscrever a proposta e ser coautor deste projeto. E, nesta legislatura, fui eu que tomei a iniciativa, em nome do meu partido, de pedir o desarquivamento do projeto para que ele voltasse a ser debatido. E conseguimos a sua aprovação na Comissão de Minas e Energia, com a presença do Deputado Silas Câmara, que fez um excelente relatório. E hoje, com o Deputado Laercio, viemos ao plenário e tivemos essa votação esplêndida de 301 a 101 - 3 por 1 - a favor do Brasil. Não é um projeto a favor do Governo ou contra o Governo. E essa é uma postura do PSDB.

Aliás, basta recapitular algumas coisas marcantes. Foi o PSDB que relatou e liderou a reforma trabalhista; foi o PSDB que relatou e tomou posição muito clara na reforma previdenciária. O PSDB sabia que eram matérias, às vezes, impopulares naquele momento, que traziam desgastes, mas sabia também que eram necessárias para o Brasil.

Na votação do marco regulatório do saneamento, que acabamos de aprovar, o PSDB esteve unido para garantir ao País uma política de saneamento.

Agora, trabalhamos de maneira muito unida, muito firme, para dar ao Brasil uma nova legislação sobre o gás. Para quê? Para atender interesses daqui ou dali? Não, para atender os interesses do Brasil. E isso está muito evidente.

Hoje, o Brasil tem um dos preços mais elevados do mundo para o gás natural e também para o gás de cozinha. Com esta legislação, o que queremos é baixar o preço do gás, trazendo concorrência para o mercado.

Mas o problema não é só o preço alto do gás. A ausência de concorrência que existe hoje no setor, que tem uma estrutura de legislação arcaica, cartelizante, não permite que o gás natural chegue



às indústrias e ao consumidor. A grande maioria do Brasil não tem acesso ao gás. E não tem por quê? O Brasil não produz gás? Ora, o Brasil poderia ser autossuficiente, nem precisaria importar gás da Bolívia. Mas importar, nesse caso, também é interessante, porque a Bolívia não tem como consumir todo o gás que produz, e ele pode chegar ao Brasil bem barato. Mas adianta ele chegar ao Brasil e não haver gasoduto para distribuí-lo aos vários Estados e para desenvolver a economia brasileira? Não adianta.

Eu falo isso com conhecimento de causa. Eu fui Prefeito de Divinópolis, de onde estou falando agora, cidade que se localiza a menos de 100 quilômetros de uma refinaria da PETROBRAS, a menos de 100 quilômetros de um grande gasoduto. E há décadas lutamos para trazer um gasoduto para cá, para beneficiar diversas cidades, uma região populosa que está ao lado de Belo Horizonte, e não conseguimos, porque não há o menor interesse em se fazer isso.

O Triângulo Mineiro perdeu, há poucos anos, uma indústria petroquímica, uma indústria que produzia adubos. No maior país agrícola do mundo, o Brasil, nós importamos nitrogenados, os adubos essenciais para a produção de grãos. E por quê? Não existe gás? Não, é porque não há investimento.

Então, hoje, eu tenho orgulho de usar a tribuna, em nome do PSDB, e dizer que o nosso partido continua mantendo a coerência e sendo reformista. E, mesmo não sendo da base do Governo, naquilo que é bom para o Brasil, votamos unidos, porque queremos que o Brasil dê certo, queremos, de fato, geração de emprego.

O PSDB vota a favor dos programas sociais que criou, mas sabe não há melhor programa social do que o emprego para um pai de família. E é emprego o que estamos procurando gerar agora com esta votação.

Estou falando neste momento porque o Líder da nossa bancada, o Deputado Carlos Sampaio, a quem eu agradeço, deu-me esta oportunidade. E eu posso falar em nome de todos os Deputados e Deputadas do PSDB. Eu recebi há pouco um telefonema da Deputada Tereza Nelma, que me disse: *"Eu não consegui votar, mas meu voto é 'sim' ao projeto"*.

Ou seja, nós temos compromisso com o Brasil. Por isso, o PSDB votou "sim" e vai trabalhar para manter o texto original que acabamos de aprovar.

Obrigado, Presidente.



110.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/09/2020-
CD 12:56

Publ.: DCD - 9/10/2020 - NILSON F. STAINSACK-PP -SC
52

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Saudações aos membros da Mesa Diretora, aos Deputados e aos servidores da Câmara dos Deputados. Agradecimento aos familiares e ao Deputado Darci Matos pela assunção do mandato parlamentar. Trajetória empresarial e política do orador. Principais linhas da sua atuação política. Apoio ao Governo Jair Bolsonaro. Defesa de realização das reformas administrativa e tributária. Importância da duplicação da BR-470 para os Municípios localizados no Vale ao Itajaí e no Alto Vale, Estado de Santa Catarina.

O SR. NILSON F. STAINSACK (Bloco/PP - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentar a Mesa, os Deputados que assistem a esta sessão, os servidores da Casa, os meus assessores.

Em especial, quero cumprimentar os meus familiares: a minha esposa, Lúcia Stainsack, os meus filhos que estão presentes, o Roges e a Schaiane, a minha filha Natássia, o meu genro Renan e a minha neta Mariah. Quero cumprimentar todos os que me ajudaram, o meu pessoal de Presidente Getúlio, que está me assistindo, o Deputado Darci de Matos e, também, a minha mãe e o meu pai.

Primeiro, vou me apresentar. O meu nome é Nilson Francisco Stainsack, tenho 57 anos. Sou do Progressistas, partido que hoje apoia o Governo Bolsonaro. E eu também apoio o Governo Bolsonaro. Sou de Presidente Getúlio, uma cidade do interior de Santa Catarina, com aproximadamente 18 mil habitantes, em que obtive 61.148 votos. Na minha cidade, no meu Município, eu obtive 82% dos votos válidos.

Eu sou empresário. Fui advogado, bancário e professor. Fui Prefeito reeleito com 70% dos votos na minha cidade natal, Presidente Getúlio, e recebi do SEBRAE, por duas vezes, o Prêmio Prefeito Empreendedor.

Este é um momento de agradecimento. Quero agradecer a Deus, inicialmente, e à minha família: à minha esposa, Lúcia Stainsack, aos meus filhos, ao meu genro, à minha neta, à minha mãe e ao meu pai, que, por coincidência, faria aniversário hoje. Meu pai faleceu. Quero agradecer a meus irmãos, meus sobrinhos, minhas irmãs, cunhados e cunhadas, a meus eleitores, a meus parceiros nessa caminhada, aos que lutaram junto com o Nilson para que pudéssemos estar hoje aqui,

na Câmara Federal.

E quero manifestar um agradecimento especial ao Deputado Darci de Matos, que, ao licenciar-se, permitiu-me assumir a Câmara nesses primeiros 4 meses. Darci de Matos é pré-candidato a Prefeito da cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Vamos falar da política. Para que serve a política? Tudo passa pela política, eu sempre coloquei isso. Na minha cidade, a melhoria da minha rua, a melhoria do meu bairro, a melhoria da minha cidade, uma escola melhor para o meu filho e para o meu neto, uma creche para deixar o meu filho, que é o meu bem maior: tudo passa pela política. E agora é um novo tempo, um tempo de mais humanidade, um tempo de honestidade, um tempo em que nós temos que viver junto com as pessoas. Nós temos que fazer uma política diferente, nós temos que estar perto da nossa gente. Eu pretendo, como Deputado, estar perto do Prefeito, perto do Vereador, que visita a casa do cidadão e sabe efetivamente onde está o problema. Vou estar junto para poder ajudar cada cidade que me auxiliou a estar aqui hoje.

E vou fazer uma política diferente, quero fazer uma política diferente, uma política de respeito às pessoas, de respeito ao dinheiro público, como eu fiz na minha pequena Presidente Getúlio, quando fui Prefeito. Nós mexemos na nossa cidade, nós valorizamos as pessoas, nós trabalhamos na saúde. Demos uma escola de qualidade, porque eu entendo que a escola pública tem que ser melhor do que a particular. Nós temos dinheiro, temos recursos para isso! E lá na minha cidade foi assim: as pessoas tiravam os seus filhos da escola particular para colocar na escola pública, porque esta era uma escola de qualidade.

Nos trabalhos em obras, na agricultura, na assistência social, eu vou estar junto sim! Assim fizemos em Presidente Getúlio: demos o anzol para a pessoa pescar. Ela tem, sim, que trabalhar! E vou estar com o Governo. Quero estar junto com o Progressistas, com esta Casa. Estarei junto, na reforma administrativa inicialmente, para que possamos ter um funcionalismo mais enxuto e, com certeza, um funcionalismo público mais moderno.

Na reforma tributária, quero estar junto. Sou empresário desde os meus 23 anos, quando eu e a minha esposa abrimos nosso primeiro comércio. Eu sonho com uma reforma tributária. Hoje, 34 anos depois, Deus quis que eu participasse dessa reforma. Vou estar junto. Dessa forma, nós vamos ter um Brasil muito melhor.

No meu Estado, uma das principais bandeiras... Eu sou do Vale do Itajaí e do Alto Vale, e nós só temos uma possibilidade de fazer essa região crescer. São 28 Municípios e mais uma parte do Médio Vale. Falo da duplicação da BR-470. O Ministro Tarçísio já está a par disso

e, com certeza, o Presidente Bolsonaro sabe dessa situação.

Eu vou, sim, ser um soldado para que isso aconteça. Quero ajudar esta Casa a tomar as decisões em favor do Governo Bolsonaro. O meu partido está junto. O Nilson está junto com o Bolsonaro, porque ele teve a coragem e teve a força para começar a mudar o nosso Brasil. Está fazendo o melhor pelo nosso querido Brasil.

Para encerrar, quero concluir cada pessoa, cada um, para que me ajude. Ajudem o Nilson a trazer as coisas boas aqui para esta Câmara Federal, para que nós possamos mudar e que vocês sejam e continuem sendo parceiros. Juntos, nós seremos, sim, muito e muito mais fortes!

Eu quero ajudar a fazer do Estado de Santa Catarina um Estado ainda melhor - a nossa santa e bela Catarina. Com certeza, quero ajudar o Brasil a ser uma grande Nação. Espero que nós possamos aumentar a autoestima de cada cidadão brasileiro, assim como eu fiz na minha querida Presidente Getúlio, e honrar, com certeza, as cores da nossa bandeira, que são o verde e o amarelo.

Um beijo no coração de todos.

Obrigado, Presidente.

Documento 4/9

110.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/09/2020-
CD 14:16

Publ.: DCD - 9/10/2020 -
76

SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL contrário à aprovação da proposta de reforma administrativa encaminhada ao Congresso Nacional pelo Governo Jair Bolsonaro. Manutenção de privilégios no serviço público, demonstrada na exclusão dos servidores dos Poderes Judiciário e Legislativo e do serviço militar, do bojo da proposta de reforma administrativa governamental. Protesto contra a utilização pelo Secretário Especial da Cultura, Mario Frias, das redes sociais da Secretaria Especial de Comunicação Social para perseguição e ataques a adversários políticos.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, todas e todos que acompanham a nossa

sessão, boa tarde.

Eu me inscrevi para falar a respeito da proposta de reforma administrativa apresentada pelo Governo Bolsonaro. O primeiro aspecto que eu quero destacar é que, de acordo com os dados do IPEA, mais da metade dos servidores públicos brasileiros ganham menos de 2.700 reais.

Vejam que o Governo constrói todo um discurso de que o seu objetivo é combater privilégios e melhorar a situação orçamentária do nosso País, só que, ao mesmo tempo em que diz isso, ele mira primeiramente nas pessoas que trabalham para garantir que os serviços públicos funcionem. Serviço público não tem segredo, são escolas públicas, postos de saúde, hospitais, tudo aquilo do que a população mais pobre depende para conseguir ter acesso a direitos.

Quando se ataca o trabalhador que está lá na ponta atendendo à população e quando se busca enfraquecer o funcionalismo público, na verdade fica demonstrado qual é o real objetivo: acabar com os serviços públicos, fazendo com que aquilo que hoje é possibilitado ao cidadão como um direito se transforme cada vez mais numa mercadoria. O que se quer fazer é que a população precise necessariamente pagar para ter acesso à saúde, à educação, etc.

Se eu estou falando aqui dos servidores públicos que estão na ponta, existem os servidores públicos que são da elite do funcionalismo, que estão no Judiciário, no Legislativo e no serviço militar. E esses não são parte da reforma administrativa? Não. Na verdade, a proposta enviada pelo Sr. Bolsonaro e pelo Sr. Paulo Guedes é essa mesmo, ela atinge somente a base do funcionalismo.

Vejam só, um dos temas que ele ataca nesta reforma administrativa é o fim da estabilidade. O fim da estabilidade, na prática, significa a possibilidade de demissão ou de rotatividade maior desses servidores de carreira que são técnicos, experientes e preparados. Só que não se trata somente de acabar com a estabilidade, mas, na prática, de repor esses postos de trabalho, com indicações políticas.

Diante de um Governo que tem esse escândalo terrível de rachadinhas, a partir do gabinete do ex-Deputado Estadual, o Sr. Flávio Bolsonaro, e do hoje Presidente da República, entendemos muito bem, afinal de contas, porque ele quer substituir pessoas técnicas e preparadas que atendem à população por indicações políticas.

Deve ser para facilitar esse seu modo de garantir financiamento para seus esquemas político-eleitorais, inclusive com relações escusas com milícias, em vez de garantir que esses funcionários que estudaram, que são preparados, que dedicam a sua vida para atender à população,

possam seguir desenvolvendo as suas funções.

Nós não acreditamos nesse engodo, nessa falácia de que a reforma administrativa é para melhorar a vida da população. Ela tem um objetivo muito claro, que é entregar todo o nosso patrimônio para a iniciativa privada. Isso está junto com a proposta de privatizações. Quer entregar todas as empresas públicas, inclusive empresas estratégicas, fundamentais para a soberania, para o desenvolvimento, até mesmo para o desenvolvimento econômico do nosso País, na mão do capital, principalmente do capital estrangeiro, acabando com os direitos sociais da população e segurando, na ponta, o atendimento da população mais pobre.

Por isso, o PSOL já coloca a sua posição: nós somos contrários à reforma administrativa. Não é justo que o professor, o guarda, aquele moço que limpa a nossa rua, aquela moça que nos atende no posto de saúde sejam responsabilizados pela situação do País.

Nós precisamos sim mirar naqueles que mais ganham no nosso País, que acumulam patrimônio, que têm lucros e dividendos que não são taxados, que pagam muito pouco para concentrar uma renda e um patrimônio, cuja diferença é abissal com relação ao restante da população brasileira. Nós não vamos cair no conto do vigário de que a reforma administrativa serve para melhorar a vida da população.

Para aproveitar os meus últimos 20 segundos, Sr. Presidente - e peço desculpas se eu extrapolar o tempo - , eu só queria registrar o nosso repúdio ao Secretário Especial da Cultura, o Sr. Mario Frias, que está utilizando as redes sociais institucionais da Secretaria Especial de Comunicação Social para perseguir e atacar adversários políticos. Ele tentou criticar e censurar o humorista Marcelo Adnet e ameaçou utilizar a Polícia Federal para ir atrás do nosso Deputado Estadual no Rio de Janeiro, Flavio Serafini, por ele ter criticado a postura do Governo Bolsonaro.

Nós já protocolamos representação no Ministério Público Federal, porque é preciso que o Sr. Mario Frias pague pelos seus crimes. A Secretaria de Comunicação deve servir para divulgar institucionalmente as ações do Governo, não para perseguir adversários, não para ameaçar de censura humoristas e tampouco para ameaçar Parlamentares que estão no exercício de suas funções.

Obrigada, Presidente. Peço desculpas por extrapolar o tempo.

Publ.: DCD - 9/22/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP
85

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Medida Provisória nº 971, de 2020, sobre a remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal, bem como da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais; e a alteração das regras de cessão de policiais militares, bombeiros militares e policiais civis do Distrito Federal. Aposição, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de veto à proposta de reajuste salarial a servidores públicos. Alerta sobre os prejuízos causados ao funcionalismo pela proposta de reforma administrativa encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL é contra o requerimento de adiamento de pauta. E nós queremos aproveitar o momento para lembrar que, recentemente, o Presidente Bolsonaro vetou a possibilidade de reajuste salarial para todos os servidores do País até o final do ano que vem, medida esta que foi endossada pela Câmara dos Deputados.

Por isso, eu queria alertar todos os servidores, inclusive os da segurança pública, e não só os do Distrito Federal mas também de todo o restante do País, do quanto é importante manter a coerência no que diz respeito à manutenção e à preservação dos seus diretos.

E também queria alertá-los de que chegou a esta Câmara um projeto de reforma administrativa que visa justamente prejudicar aqueles que dedicam as suas vidas para atender a população nos serviços públicos. Eles a chamam de reforma administrativa, mas, na verdade, é uma destruição dos trabalhadores da segurança, da educação, da saúde, que trabalham atendendo o povo. Por isso, fiquem muito alertas.

E vamos exigir a coerência de todos os Deputados e bancadas.

Documento 6/9

111 2020

Sessão Deliberativa 21/09/2020-14:24
Extraordinária - CD

Publ.: DCD
9/22/2020 - 94

- KIM KATAGIRI DEM. SP

5, 22, 202

DOS ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO

DE



DEPUTADOS

DETAQ
Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia,
Revisão e Redação

VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 971, de 2020, sobre a remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal, bem como da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais; e a alteração das regras de cessão de policiais militares, bombeiros militares e policiais civis do Distrito Federal. Protesto contra a não inclusão de servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário na proposta de reforma administrativa, encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, venho aqui apelar aos colegas, porque é uma incoerência, uma hipocrisia do Parlamento ter aprovado proibição de aumento de salários de funcionalismo público para o Brasil inteiro, para todos os Estados e agora autorizar aumento de salário dos funcionários públicos que mais recebem no País.

Mais do que isso, o Governo ainda manda uma reforma administrativa sem nenhum servidor do Legislativo, sem nenhum servidor do Judiciário, sem juízes, sem promotores, sem mexer em absolutamente nada daqueles que estão ganhando supersalários. Todos precisam estar na reforma administrativa. Não há maior defensor de reforma administrativa, para combater esses privilégios no orçamento público, do que eu. Agora, não voto reforma administrativa que não inclua Deputados, Senadores, juízes e promotores.

O Deputado que me antecedeu perguntou: *"Então nós vamos diminuir o salário?"* É preciso diminuir! É justo que 100 milhões de brasileiros sobrevivam, e estou falando de dados pré-pandemia, com 413 reais, em média, por domicílio, enquanto 1% da população - a Esquerda adora falar do 1% mais rico - tem um rendimento médio de 27 mil reais por mês? Somos nós aqui: Deputados, Senadores, juízes, promotores, servidores do Legislativo, servidores do Ministério Público, servidores do Judiciário, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Ministros de Estado.

E aí o Paulo Guedes, o liberal, manda uma reforma que não inclui a elite e inclui só a base? Não voto! Não voto reforma administrativa só para a base. Ou é para todo mundo, ou não é para ninguém. E ainda, durante a pandemia, aumenta salário de delegado, de bombeiro, de policial? Eu tenho todo o respeito pelos delegados, bombeiros e policiais, valorizo 100% o trabalho deles. Acho inclusive uma hipocrisia



que partidos de esquerda, que sempre descem o relho aqui no plenário nesses profissionais de segurança pública, na hora de aumentar salário apareçam bonitões como os bastiões, os protetores da segurança pública, mas sabemos muito bem de que lado esse pessoal está no debate público.

Tenho um completo respeito por esses profissionais, agora não é justo que no Distrito Federal o salário seja o dobro do praticado em outros Estados. Por que os servidores do Distrito Federal precisam ganhar o dobro? Qual é a justificativa? Por que o pagador de impostos, por que quem trabalha, gera emprego, produz, por que o trabalhador assalariado, por que o trabalhador informal, por que quem vende água no metrô, por que quem vende bala no trem precisa pagar o dobro do salário do funcionalismo público aqui no Distrito Federal? É essa a pergunta que fica: por quê? O dinheiro sai de um lugar para ir a outro. O orçamento público não nasce do chão, não nasce de vontade política, não nasce de lei, vem do trabalho suado de alguém que acorda cedo, dorme tarde e não consegue ver a família.

Documento 7/9

111.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/09/2020-15:48
Publ.: DCD 9/22/2020 - 128	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de domínio do Estado brasileiro pela proposta de reforma administrativa. Atuação desastrosa do Presidente da República. Inoportunidade de discussão e votação da Medida Provisória nº 980, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.884, de 2019, para a criação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e do Ministério das Comunicações.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Há uma lógica no Governo Bolsonaro presente em várias ações. O Governo busca se apropriar do Estado. A reforma administrativa é nesse sentido. Ela tenta eliminar a estabilidade, precarizar os vínculos, dar superpoderes ao Presidente da República para que ele possa fundir e extinguir fundações, autarquias, etc. Isso significa que o Brasil não fez o seu luto do Estado patrimonialista. Aliás, essa verve incontrolável no Governo de tentar dominar o Estado ao seu bel-prazer, para a defesa dos seus familiares, dos seus amigos e, ao mesmo tempo, para a



aplicação dos seus preceitos e das suas opiniões, nós vemos no Ministério da Saúde, no Ministério do Meio Ambiente. Alguns até dizem que o Governo está indo muito bem na política ambiental.

Nós temos uma política antiambiental em curso. Inclusive, temos um recorde de queimadas no Pantanal. Há um tempo, de 2003 a 2014, os Governos Lula e Dilma, o País chegou a reduzir o desmatamento da Amazônia em mais de 80%.

Portanto, vemos essa perspectiva de controle do Estado presente na reforma administrativa e quando o Presidente da República diz que é preciso ter no Estado quem o defenda e defenda os seus amigos e os seus familiares. Isso está presente nesta medida provisória.

Esta medida provisória revela um Governo que se sente dono do Estado, e não que o Estado pertence ao povo brasileiro, o Estado que deve ser promotor de políticas públicas.

Aliás, essa concepção de Estado está na reforma administrativa, que busca transformar o estado de bem-estar social em estado de bem-estar empresarial. Ali vemos o Governo manipular a máquina pública para conseguir apoio para impedir um *impeachment* que, se a avaliação fosse apenas jurídica, já deveria estar em curso neste País.

Este Presidente da República faz mal ao Brasil: faz mal à saúde, faz mal à economia, faz mal ao meio ambiente e faz mal à máquina pública, na perspectiva da máquina pública prevista na Constituição como instrumento de proteção social. Ele criou o Ministério das Comunicações para angariar apoio, transformou o Estado em um balcão de negócios e colocou no Ministério alguém que tem conflito de interesse com a política a ser implementada ali, porque a sua esposa é herdeira de uma grande empresa de telecomunicações.

É inadmissível que estejamos discutindo isso hoje. Ainda que tenha sido mitigado pelo Deputado Cacá Leão o ataque às universidades e aos institutos federais - e nós reconhecemos isso -, esta medida provisória é inadmissível.

Documento 8/9

112.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/09/2020-
CD 15:24

Publ.: DCD - 9/23/2020 - 57

ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10 e 11, com parecer favorável, apresentadas ao Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.503, de 1997, (Código de Trânsito Brasileiro), com vista à mudança da composição do Conselho Nacional de Trânsito e à ampliação do prazo de validade de habilitações, ressalvados os destaques. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na cerimônia de abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Postura irresponsável do Presidente da República. Pedido à Presidência de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, constante na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Propósito do Presidente Jair Bolsonaro de implantação de regime autoritário no País.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de mais nada, cumprimento V.Exa., cumprimento os demais colegas que participam desta sessão e cumprimento também aqueles que nos acompanham pela TV Câmara.

Sr. Presidente, o PSB orientará "sim" quanto às emendas feitas pelo Senado, porque são emendas que aperfeiçoam este projeto de lei. Eu destacaria a Emenda nº 11, do Senador Fabiano Contarato, que impede a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito. Isso é importante para evitar a impunidade no caso de crimes de trânsito que levam à morte.

Eu uso hoje o tempo de Líder, Presidente, para falar sobre esse lamentável discurso do Presidente da República, perante o mundo inteiro, na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. Por tradição, tal abertura cabe ao Brasil, pelo papel que o País teve na criação da ONU. O Presidente brasileiro é sempre o primeiro a falar, é sempre o primeiro a discursar na abertura dos trabalhos.

E o Presidente Bolsonaro fez hoje um *show* de mentiras na ONU perante o mundo. É uma vergonha para o Brasil. É uma tragédia para o País ter que passar por essa vergonha diante do mundo.

O que ele disse causou perplexidade a qualquer um que conheça a realidade brasileira. Primeiro ele disse que, desde o princípio da pandemia, alertou o País de que havia dois problemas a serem resolvidos: o vírus e o desemprego. Não é verdade, Presidente. Ele o tempo inteiro diminuiu a gravidade desta pandemia, que já matou 138 mil pessoas no Brasil. Disse que era uma gripezinha, uma bobagem. Não fosse o comportamento irresponsável do Presidente da República,

o País não teria chegado a esses números estarrecedores.

Depois o Presidente disse que, por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e de restrição de liberdade foram delegadas aos Governadores e que a ele só coube o envio de recursos e meios a todo o País.

Mais uma vez, ele tenta fugir da sua responsabilidade. Essa é uma constante de Bolsonaro. Ele nunca tem responsabilidade sobre nada. Ele não tem culpa de nada. Ele não parece Presidente da República. Ele foge da sua responsabilidade, como fugiu no caso da proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso, uma proposta pífia; como fugiu no caso da proposta de reforma administrativa enviada ao Parlamento, outra proposta pífia. Em relação às duas, no fundo o Presidente está lavando as mãos, está fingindo que fez o que teria de fazer. É um Presidente irresponsável que foge das suas responsabilidades como o diabo foge da cruz.

Depois ele disse que, como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira politizou o vírus.

Não foi a imprensa que politizou o vírus, não, Bolsonaro. Foi você que politizou uma doença, uma doença que ocorreu e matou gente no mundo inteiro.

Disse que a imprensa disseminou o pânico entre a população. Disseminou o pânico? Ele continua fingindo que essa não é uma doença grave, mesmo tendo ela matado 138 mil pessoas no Brasil. Não há neste ano outra causa de morte que chegue perto da que se refere a esta pandemia.

Depois ele disse que concedeu o auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente mil dólares. Ou o Presidente não sabe o que ele pagou, ou ele não sabe fazer conta, ou ele não sabe o valor do dólar. Ainda escondeu do mundo que quer baixar para a metade o valor da parcela.

Nós da Oposição, Presidente, vamos cobrar que a Câmara vote a medida provisória que trata disso. Nós queremos restituir o valor de 600 reais. Nós não aceitaremos a redução de 600 para 300, porque isso é uma crueldade com o povo que sofre, que passa fome e passa necessidade.

Depois ele disse que assistiu mais de 200 mil famílias indígenas com produtos alimentícios e prevenção à COVID. Escondeu do mundo que ele vetou a distribuição de água potável para indígenas. É um Presidente mentiroso!



Disse que não faltaram nos hospitais meios para atender pacientes com COVID. Faltaram sim, infelizmente! Houve gente que não teve acesso ao tratamento devido, infelizmente!

Depois ele disse que há uma campanha de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. Ora, quem faz campanha de desinformação é o Presidente e os seus apoiadores, que estão acostumados a fazer *fake news*. O que está ocorrendo na Amazônia e no Pantanal é um crime contra a natureza no Brasil, contra a biodiversidade, contra a fauna e a flora, e ele não toma uma atitude para enfrentar isso.

Aqui estão falando da Amazônia queimando, porque há interesses internacionais sobre a Amazônia. Quem foi dizer para o ex-Vice-Presidente americano Al Gore que queria explorar a Amazônia com os Estados Unidos? Este filme é um documentário, está disponível na Internet, chama-se *O Fórum*, basta qualquer um procurar. O Presidente da República do Brasil diz para o ex-Vice-Presidente americano que quer explorar a Amazônia com os americanos.

Quem está de olho nas riquezas da Amazônia brasileira? É ele, que quer explorar a Amazônia e destruí-la com os Estados Unidos. Que vergonha essa postura de um Presidente brasileiro!

Depois ele disse que a floresta é úmida e não permite a propagação de fogo em seu interior. Será que ele não está vendo as imagens da Amazônia? Será que ele não sabe que o que queima é o que foi desmatado?

É claro que a floresta úmida resiste mais ao fogo. A questão não é essa. O que pega fogo é o que está sendo desmatado e o que está sendo grilado. Ele, aliás, é um grande defensor dos grileiros neste País.

Depois disse que os focos de incêndio são combatidos com rigor e determinação e ainda tentou culpar pelos incêndios os indígenas, que são os maiores protetores da natureza em nosso País. É uma acusação inaceitável, e ele será processado por isso. As entidades indígenas vão se mobilizar para processá-lo evidentemente.

Depois disse que está aperfeiçoando a tecnologia e usando as Forças Armadas para combater os incêndios.

Presidente da República, o que está faltando não é tecnologia, não é satélite, é ação, é competência, é querer combater. Então, o nosso problema não é a tecnologia, o nosso problema é o Presidente da República.

Por fim, disse que, na América Latina, ele trabalha pela preservação e

promoção da ordem democrática. Ele acha que o mundo inteiro não acompanhou os ataques dele ao Congresso, ao Supremo e às instituições? Ele acha que todo o mundo no Congresso se esqueceu de que o que ele queria, antes ter medo de ser preso ou de ver os seus filhos presos pelos crimes de que são acusados, e tentava era fechar o Congresso e o Supremo?

Nós do PSB não nos esquecemos. Sabemos que o Presidente é inimigo da democracia. O que ele deseja é um regime autoritário, mas não conseguirá implantá-lo no Brasil. Nós do PSB continuaremos na luta contra isso.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 9/9

113.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/09/2020-
CD 15:28
Publ.: DCD - 9/30/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS DISCUSSÃO
DEPUTADOS ORDEM DO DIA DISCURSO

Sumário

Crises econômica, sanitária, social, ética e ambiental reinantes no País. Caráter antissocial e antidemocrática da proposta governamental de reforma administrativa. Propósito do Presidente Jair Bolsonaro de apropriação do Estado brasileiro, exemplificado nas políticas adotadas pela Fundação Cultural Palmares e pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Razões da interferência do Governo Federal no Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Discussão da Medida Provisória nº 987, de 2020, sobre a alteração das Leis de nºs 9.440, de 1997; 9.826, de 1999; e 7.827, de 1989, com vista à prorrogação de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, esse programa amplia o prazo de atuação e, ao mesmo tempo, amplia sua abrangência, para incluir outras Regiões. Então, o programa se dá no momento de um trançar de crises no País. O País vive uma crise sanitária, com mais de 142 mil mortos - quem parte sempre é amor de alguém e, portanto, sempre deixa um rastro de lágrimas e dor, o que é desconsiderado pelo Presidente da República.

O País vive também uma crise econômica, com 60 milhões de brasileiras e brasileiros em situação de subemprego e desalento ou de desemprego. Às crises sanitária e econômica soma-se uma crise social, uma crise ética, porque o Presidente da República não



consegue explicar porque sua esposa recebeu 89 mil reais de Fabrício Queiroz. A todas essas crises ainda se soma uma crise ambiental e institucional, um passar de boiada, uma granada no bolso e no corpo do povo brasileiro. Tudo isso nós estamos vivenciando.

No entanto, o Presidente da República apenas se preocupa em proteger a sua família e em capturar o Estado. A reforma administrativa é uma reforma antirrepublicana, antissocial, antidemocrática, antidesenvolvimentista, porque ela, dentre outras coisas, busca fazer com que o papel do Estado seja secundarizado e, ao mesmo tempo, busca se apropriar do próprio Estado. É isso que está acontecendo no Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente foi sequestrado por uma política antiambiental, assim como o Ministério do Direito das Mulheres foi sequestrado por uma política antifeminista e a Fundação Palmares foi sequestrada por uma política racista. O Estado vem sendo sequestrado para servir à lógica do Presidente da República. Nós estamos vivenciando uma crise republicana imensa, uma crise democrática.

Fizeram a desconstrução do CONAMA para passar a boiada, cujos cascos vão rasgando o solo do povo brasileiro, vão rasgando as possibilidades de que nós tenhamos um país que vivencie sua própria grandeza.

Enfim, estamos vivenciando todas essas crises e, nessas crises, é fundamental que se programem incentivos para a manutenção do próprio emprego. Esses incentivos também implicam o desenvolvimento da pesquisa, o investimento no próprio desenvolvimento, para que o Brasil possa recompor suas cadeias produtivas e nós não tenhamos de vivenciar a Nação de joelhos, como Guedes a colocou, para o capital financeiro.

Por isso, somos favoráveis à medida provisória.
